

## O GENOCÍDIO DE CANUDOS COMO TRAUMA E *OS SERTÕES* COMO RELATO TESTEMUNHAL

*Zelina Márcia Pereira Beato Szachnowski\**

*Aryadne Bezerra Araújo\*\**

**RESUMO:** Este texto propõe uma leitura da obra mestra de Euclides da Cunha como um gesto testemunhal, que, como tal, manifesta a relação traumática entre escritor/testemunha e língua na representação do acontecimento traumático do genocídio do povoado de Canudos. Euclides atesta a “fragilidade da palavra” para traduzir as barbaridades cometidas pela república em nome de uma unidade nacional. Ao engendrar um jogo com a “fragilidade da palavra” para dar conta da violência de Estado que testemunha, Euclides transforma o que deveria ser um relato jornalístico em uma epopeia em prosa do genocídio sistematizado pela “civilização”, elaborando um monumento dessa ferida que, entre outras, permeia nossa história. O trauma inscrito em *Os sertões* não apenas atribui um aspecto testemunhal à obra, como também marca a escrita de tal modo que a tradução daquela barbárie em palavras não ocorre de forma tranquila. A escrita testemunhal, falando com Seligmann-Silva (2005, 2008), abala os limites entre história e literatura, memória e ficção. A escrita d’*Os sertões* não só abala esses limites como também é perturbada por eles, especialmente no que se refere à aporia entre a ambição de arquivo histórico e o inquietante espectro da ficção e da literatura. *Os sertões*, como argumentaremos, permanecem no lugar indecível do testemunho. Lugar em que, segundo Derrida (2000), concorrem, sem ser possível decidir por um lado: a possibilidade de literatura ou uma verdade factual que a testemunha promete relatar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Euclides; *Os sertões*; Testemunho; Trauma.

---

\* Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente permanente do PPG em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

\*\* Doutoranda do programa de pós-graduação em Letras - Linguagens e Representações, Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Mestre em Letras: Linguagens e Representações, pela Uesc, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

## Euclides da Cunha: de correspondente de guerra à testemunha de um trauma

*Os sertões*, livro lançado em 1902, narram os acontecimentos que marcaram a guerra de Canudos. O livro é o resultado da experiência de Euclides da Cunha como correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo*. O engenheiro e jornalista, na ocasião, foi enviado ao local do conflito para cobrir os acontecimentos e deixar a população informada sobre o estado da campanha contra um suposto grupo de “monarquistas” rebeldes que se escondiam no interior baiano. Quando finalmente alcança o local da guerra, Euclides descobre que aqueles “rebeldes” não eram senão religiosos que habitavam o interior baiano, distantes do centro intelectual e, portanto, tão estranhos à república como a qualquer movimento articulado contra ela.

Até o término da guerra de Canudos, em outubro de 1897, a imprensa havia conquistado a opinião da população brasileira a favor do governo e contra os “fanáticos” do sertão, propagando que, junto ao seu líder messiânico, Antônio Conselheiro, marchavam pela volta da monarquia e, portanto, ameaçando a vida da jovem república. Walnice Nogueira Galvão (2009), dedicando-se ao levantamento dos noticiários e artigos publicados durante o conflito, notou que eles apresentavam apenas um ponto de vista, o da república. O que, para ela, não foi uma surpresa uma vez que quase todos os repórteres eram militares e, alguns, combatentes na guerra de Canudos. Nessa circunstância, a autora afirma,

é de admirar que Euclides tenha conseguido escrever seu “livro vingador”, chamando os canudenses de “extraordinário patrícios” e os soldados de “mercenários inconscientes”, insistindo que a campanha foi “na significação integral da palavra, um crime”, conforme consta na Nota Preliminar. (GALVÃO, 2009, p. 11)

Antes de ir a Canudos como correspondente de guerra, o próprio Euclides da Cunha, de acordo com Galvão (2009), acreditava que ali se articulavam forças monarquistas. Comprovam a sua posição republicana os dois artigos escritos por ele, sob o título “A nossa Venda”, que lhe renderam a contratação para cobrir o conflito (GALVÃO, 2009). Neles, como o nome sugere, a revolta de Canudos é comparada à contrarrevolução católica na região francesa de Venda, onde republicanos combateram os que resistiam ao fim da

monarquia. Não é de se admirar o então posicionamento de Euclides, um engenheiro de formação militar, afeiçoado à Revolução Francesa e defensor da consolidação de uma República brasileira. Entretanto, a experiência que teria como correspondente e testemunha da guerra o levaria a uma mudança de perspectiva ou, nas palavras de Galvão (2009, p. 29), a uma “extraordinária reviravolta de consciência”. O jornalista constata que não havia ameaça alguma à jovem república. Naquele local, iniciava-se forte repressão sancionada e sistematizada pelo Estado contra um povoado cujos moradores recusavam-se a pagar impostos e a submeter-se às regras do sistema político vigente. O resultado dessa campanha, testemunhado pelo então correspondente de guerra, foi o genocídio daquele povo, sem poupar a vida de mulheres, crianças e idosos. Os sertanejos, segundo Euclides, não faziam mais que defender-se do assalto ao seu lar, na “esperança de que os deixariam, afinal, na quietude da existência simples do sertão” (CUNHA, 1957, p. 271).

Essa “extraordinária reviravolta de consciência” expressa nos escritos de Euclides pode ser pensada como uma ruptura traumática no vínculo emocional entre um sujeito e seu objeto amado. Nesse caso, o objeto amado de Euclides corporifica-se no discurso ideológico da jovem república, com o qual rompe ao falar em defesa dos sertanejos em seu “livro vingador”. Os fatos que testemunha produzem em Euclides um questionamento das certezas com que se propôs a defender os ideais republicanos em sua missão jornalística no sertão da Bahia. Segundo Seligmann-Silva (2005, p. 67), “nessa perspectiva, o trauma é visto como uma quebra de confiança (antes de mais nada com a pessoa amada que posteriormente nega ter realizado o ato violento)”. A quebra de confiança no caso de Euclides se dá pelo ato violento que testemunha, ato cometido por quem ele não esperava que pudesse realizar tal barbárie, por aqueles que “defendiam” a República, pela civilização da qual ele fazia parte. Observemos a culpa assumida pelo autor como integrante de uma parcela da população “civilizada”:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o têrmo-la realizado nós filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo pa-

rasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. (CUNHA, 1952, p. XII)

O aspecto do trauma como quebra de confiança nos interessa na reflexão acerca d'*Os sertões* na medida em que o livro representa uma ruptura na percepção de Euclides. Há momentos em que o autor refuta sua herança determinista com a qual tenta explicar o extermínio dos sertanejos: uma suposta inferioridade racial e intelectual determinada pelo meio austero e pelo atraso de “três séculos” (CUNHA, 1952, p. 501) em que viviam. Mas a forma violenta e assassina com que esses patrícios foram dizimados levou à “quebra” da confiança que Euclides tinha não só na civilização e na causa republicana, como na “força motriz da História” (CUNHA, 1952, p. XI), nisso que explicaria a extinção de povos resistentes aos princípios civilizatórios.

Esse primeiro sinal de um trauma inscrito n'*Os sertões* permite-nos, de antemão, classificar essa obra como testemunho de um trauma que é do autor, de uma ferida na sua relação com a ciência, com os ideais republicanos e civilizatórios. Mas *Os sertões* são, antes de tudo, testemunho da realidade violenta de um genocídio. Euclides foi tão afetado por aquela realidade traumática, que seu afeto inviabiliza um relato jornalístico da Campanha, supostamente “neutro”. Um relato jornalístico não daria conta de representar o horror presenciado. Durante o tempo em que testemunhou o conflito, Euclides da Cunha viu o esmagamento “das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, 1952, p. XI). Esmagamento que, até certo ponto, acreditava ser inevitável. Ao ver as barbaridades cometidas pelo governo contra pessoas que protegiam a si mesmas daquele “assalto” ao seu lar, Euclides transformou o que seria apenas um relato jornalístico sobre a Campanha de Canudos em denúncia de um crime de guerra cometido em nome da jovem identidade nacional que nascia coberta pela necessidade de afirmação.

Segundo seu tradutor alemão, Berthold Zilly (1997), apesar de narrar um conflito determinado, em uma localidade delimitada, o relato testemunhal e histórico da Campanha de Canudos, descrita de forma majestosa pelo autor, apresenta uma mensagem universal.

Esse aspecto universal da obra torna a tradução para o alemão, segundo Zilly, algo possível e relevante. O tema de guerra faz parte da história da Europa e marca, especialmente, a modernidade manchada pelo trauma das guerras. *Os sertões* já encenam o que Seligmann-Silva reconhece: “a literatura do século XX foi em grande parte uma literatura marcada pelo seu presente traumático” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 77).

### **Entre história e literatura, memória e ficção: o indecível lugar do testemunho**

A natureza intensa da violência que Euclides testemunhou, presenciar o que considerou um crime e ser movido pelo imperativo de falar por aqueles que sucumbiram, impossibilitou a realização de um registro jornalístico ou “puramente” histórico. Se a narrativa de Euclides carregasse o status de arquivo histórico, sendo atribuído o lugar de autoridade de uma verdade incontestável, certamente *Os sertões* não seriam anunciados como uma das mais brilhantes obras da literatura brasileira. Não obstante, o livro que resultou do testemunho da guerra de Canudos é aclamado por muitos, inclusive pelo seu primeiro tradutor, Benjamín de Garay (2012), como um “documento histórico extraordinário”. A obra, no entanto, não se limitaria a esse aspecto de documento histórico, especialmente pelos traços de subjetividade que podemos apreender na narração dos acontecimentos em primeira pessoa, na clara identificação com um lado, o das vítimas de uma luta injusta, às quais Euclides emprestou a sua voz para que sua história fosse ouvida. *Os sertões* transitam, desse modo, entre história e literatura, abalando os limites que separam esses dois campos, o lugar da imaginação e fantasia na literatura, e o lugar da realidade histórica que não pode ser “contaminada” por processos subjetivos.

Na época, para uma narrativa ser considerada um relato histórico e, como tal, relato de uma verdade incontestável, deveria ser, segundo o historiador brasileiro Edgar Salvadori de Deca (2002), capaz de ocultar qualquer traço de subjetividade do narrador. Escondidos os traços de subjetividade, a abordagem do assunto poderia se passar por “neutra”, mas nunca se apresentaria puramente isenta de um ponto de vista ou de interesses.

Como lemos em Derrida (2001), é impossível arquivar, de forma neutra, a originalidade do acontecimento. A escrita histórica deveria, então, ser registrada de modo a convencer o leitor da imparcialidade no relato.

Como ressalta Decca (2002), ao término da escrita d'*Os sertões*, Euclides, acreditava ter concluído um documento histórico. Segundo o historiador, essa intenção é claramente percebida na escolha de Euclides de fundamentar sua narrativa segundo o modelo de interpretação da história elaborado por Taine. Esse modelo baseia-se em três níveis de realidade: o meio, a raça e o momento. Euclides segue esse princípio de interpretação, ao estruturar seu livro em três partes: *A terra*, *O homem* e *A luta*. *A terra* apresenta o meio e as condições em que vive o sertanejo. Uma raça ou, melhor, uma mistura de raças a ser investigada e descrita por Euclides em *O homem*. Por fim, *A luta* apresenta o momento, o presente trágico a ser narrado, a guerra de Canudos.

Observando o que diz João César de Castro Rocha (2011) sobre a atividade do historiador, vemos outro aspecto na escrita d'*Os sertões* que o aproxima de um arquivo histórico. De acordo com o argumento de Rocha, um Euclides historiador se preocuparia em dotar seu texto de instâncias de legitimação extratextual, preocupação que não se espera do romancista. Índícios de institucionalização discursiva, que revelam a intenção de mostrar uma base empírica sólida, podem surgir nos discursos históricos na forma de notas de rodapé, em menções de autoridades na área de estudos, no recurso à comprovação empírica por meio de documentos oficiais e assim por diante. Facilmente esbarramos nesses elementos na leitura d'*Os sertões*. Logo no início da terceira parte intitulada *A luta*, em que o autor, no meio da apresentação dos fatos que antecederam a guerra, encontramos uma mensagem oficial do então Governador da Bahia, Dr. Luis Viana, ao presidente da república em 1897. Segue o trecho que insere a mensagem:

Historiemos, adstritos a documentos oficiais: “Era esta a situação quando recebi do Dr. Arlindo Leoni, Juiz de Direito de Juazeiro, um telegrama urgente comunicando-me correrem boatos mais ou menos fundados de que aquela florescente cidade seria por aqueles dias assaltada por gente de Antônio Conselheiro, pelo que solicitava providências para garantir a população e evitar o êxodo que da parte

desta já se ia iniciando. Respondi-lhe que o governo não podia mover força por simples boatos e recomendei, entretanto, que mandasse vigiar as estradas em distância e verificado o movimento dos bandidos, avisasse por telegrama, pois o governo ficava prevenido para evitar incontinenti, em trem expresso, a força necessária para rechaçá-los e garantir a cidade”. (CUNHA, 1952, p. 199)

Se não se pode negar o valor histórico da obra de Euclides da Cunha, menos ainda podemos negar-lhe um lugar na literatura. Esse caráter híbrido foi reconhecido um ano depois, logo após seu lançamento, quando Euclides foi nomeado membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além dessa homenagem, a saudação de José Veríssimo sintetiza a essência híbrida da obra e que transita de forma poética entre a ciência, a antropologia, a história e a filosofia. Nas palavras do crítico literário, a narrativa d’*Os sertões* constitui

o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as *secas* que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos. (VERÍSSIMO, apud ZILLY, 1996, p. 333)

Além de reconhecer o caráter híbrido da obra e, portanto, a impossibilidade de acomodá-la confortavelmente em um único gênero, literário, científico ou filosófico, a leitura de José Veríssimo atesta como Euclides foi afetado pelo sofrimento das vítimas da campanha, sofrendo com elas, sendo “tocado até ao fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana”. O autor é duplamente testemunha, não só por estar presente no momento de um crime, mas também por sofrer ao presenciar uma situação de extrema violência.

Trazendo para essa discussão a figura do autor como testemunha, o esmagamento de Canudos apresenta-se como uma cena original traumática. Original por apresentar-se como um acontecimento trágico nunca antes presenciado pelo autor, o massacre de uma

comunidade quase inteira, incluindo crianças, idosos e mulheres e por estar na origem do impulso ao testemunho. Retomando a noção psicanalítica, vemos em Freud que o ônus principal da causa do trauma repousa sobre a surpresa (FREUD, 1920 – 1922, vol. XVIII), isto é, sobre a originalidade de um acontecimento jamais visto ou experimentado. O caráter original do acontecimento traumático barra sua identificação com outras experiências e, por conseguinte, sua representação.

A essa barreira na assimilação e representação, Euclides responde com as ferramentas que a literatura lhe proporciona. É eminente o teor poético da sua obra, através do qual escreve sobre aquilo que sentiu, colocando em palavras o que lhe afetou e feriu. Todas essas marcas subjetivas que não são bem acolhidas nos discursos da historiografia ou da ciência, no geral, encontram na literatura a possibilidade de representação e simbolização. No caso da representação do trauma, a literatura e a imaginação desempenham um papel fundamental, assim nos diz Seligmann-Silva:

O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço. *Et pour cause*, se dermos uma pequena olhada sobre a história da literatura e das artes veremos que os serviços que elas têm prestado à humanidade e seus complexos traumáticos não é desprezível. Da *Iliada* a *Os sertões*, de *Édipo Rei* (Sófocles, [500 BC] 1982) à *Guernica* (Picasso, 1937), de *Hamlet* (Shakespeare, [1602] 1936) ao teatro pós-Shoah de um Beckett, podemos ver que o trabalho de (tentativa) introjeção da cena traumática praticamente se confunde com a história da arte e da literatura. (SELIGMANN-SILVA, 2008a, p. 70)

Euclides foi tão afetado pela cena traumática do massacre do homem pela terra e pelo próprio homem que ele não pôde relatar esse acontecimento trágico de forma “imparcial”, como se espera de um documento histórico. Os traços subjetivos que o autor não pôde ocultar fizeram José Veríssimo saudar o seu livro como escrita de um homem de sentimentos, de um poeta e artista. Esse aspecto concorre com a pretensão de arquivo histórico que Decca apontou na obra. O teor poético da escrita euclidiana, no entanto, constitui um obstáculo para qualquer ambição cientificista.



De fato, é característica do testemunho, não só em termos jurídicos, mas, também e especialmente, no âmbito literário, o compromisso com uma verdade histórica, com isso que se opõe à ideia de ficção. Entretanto, Derrida (2000) enfatiza como condição essencial do testemunho o fato de nunca estar comprometido com a possibilidade ou a obrigação de apresentar provas. O testemunho implica sempre uma paixão, ou seja, por estar intimamente relacionado ao sofrimento, à dor que nenhum conhecimento pode descrever e esgotar. Para funcionar como prova, o testemunho deveria se apresentar como uma verdade supostamente factual e, como tal, objetiva e imparcial, excluindo qualquer possibilidade de interpretação, ficção ou literatura. Segundo Derrida (2000, p. 30) “se o testemunho, desse modo, se tornasse prova, informação, certeza ou arquivo, perderia sua função como testemunho”. Ele precisa ser “atormentado” pela possibilidade de literatura e, portanto, de ficção.

Ainda em torno do vínculo entre testemunho e literatura, Derrida (2005) afirma que todo ato testemunhal implica uma experiência poética da língua. O testemunho, portanto, não pode se apresentar como arquivo imparcial, uma vez que lhe é demandado falar de uma experiência traumática, de uma violência que deixa uma ferida permanente em quem a presencia ou a ela sobrevive. Expressar o sofrimento na língua é também comover o leitor, é fazê-lo sentir de alguma forma esse sofrimento. Como afetar de tal modo o leitor se não por uma experiência poética na língua? Quando Veríssimo fala da comoção de Euclides diante da dor humana, ele nos diz também sobre a sua comoção diante da escrita euclidiana, diante deste “monstruoso poema de brutalidade e de força”, como Euclides caracteriza *Os sertões* em correspondência a Agustín de Védia (apud GALVÃO; GALOTTI, 1997).

*Os sertões* permanecem no lugar indecível do testemunho. Lugar em que, segundo Derrida (2000), concorrem, sem ser possível decidir: a possibilidade de literatura ou uma verdade factual que a testemunha promete relatar. É na forma de uma narrativa testemunhal que a escrita da história trágica de Canudos transformou-se na obra mestra de Euclides da Cunha.

Esse trauma que definiu o caráter da obra euclidiana e que está no centro das reflexões sobre os testemunhos, especialmente dos testemunhos de catástrofes históricas, é do mesmo teor do trauma que resiste à simbolização. Tal é a condição da qual a testemunha não escapa, mas, ainda assim, sua tarefa é simbolizar esse trauma na língua, (res)significá-lo através de palavras e, com elas, se aproximar ao máximo, na medida em que essa aproximação é possível, da cena traumática.

Em Euclides, percebemos que o autor testemunha a impossibilidade de encontrar as palavras exatas para dar conta de uma realidade trágica. No trecho que segue, em que são narrados os últimos momentos da derrota de Canudos, percebemos a fragilidade da palavra em fazê-lo:

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos.

Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de por menores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?...

E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele Antônio Beatinho, que se entregara, confiante - e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa História? Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5200, cuidadosamente contadas. (CUNHA, 1952, p. 541, 542)

Esse trecho marca a tomada de posição de Euclides a favor das vítimas, implicando-se na responsabilidade da tragédia nos verbos conjugados em primeira pessoa: “E de que modo contaríamos [...]” e “e a quem devemos precisos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa História?”. O lado oprimido é o que se testemunha. As forças que motivam todo relato testemunhal marcam também a narrativa euclidiana. Euclides não pôde

silenciar-se diante da realidade violenta e viu-se tomado pela necessidade de falar por aqueles que a ela não sobreviveram. As vítimas só poderiam ser ouvidas/lidas no seu relato, no testemunho de quem presenciou a realidade traumática.

Retomando a noção de testemunho em Seligmann-Silva (2008b), história e memória articulam-se no testemunho, a partir do ponto de vista dos vencidos e das ruínas deixadas pela catástrofe. Esse trecho da obra euclidiana é performático no que concerne à narração do passado, partindo das ruínas de Canudos e dos rastros de um povo aniquilado. Essas vítimas eternamente silenciadas só puderam ter sua história contada no relato testemunhal de Euclides. Não fossem *Os sertões*, a campanha de Canudos não estaria presente no imaginário da nossa sociedade como um dos mais terríveis massacres da nossa história e nem as vozes das vítimas teriam sido tão apaixonadamente ouvidas.

No capítulo derradeiro do livro, intitulado *Últimos dias*, lemos o relato das últimas barbaridades cometidas contra o povoado de Canudos, culminando em sua aniquilação. Diante dos assassinatos que pareciam não cessar enquanto não restasse ninguém para denunciar os crimes, Euclides vê-se compelido a depor. Na parte desse capítulo que intitula-se, justamente, *Depoimento do autor*, percebemos como Euclides assume no texto o compromisso com aqueles que não puderam falar, sua preocupação em tornar o seu fim trágico conhecido. Euclides reconhece que “a História não iria até ali” (CUNHA, 1952, p. 506). Como afirma, Canudos “era um parêntesis; era um hiato. Era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava” (CUNHA, 1952, p. 506). Confiando nessa condição marginalizada e negligenciada do vilarejo, os soldados cometiam a “selvageria impiedosa”, sem temer julgamentos futuros. O autor foi, então, movido pelo imperativo de falar pelos que não sobreviveram, desempenhando o papel e assumindo a responsabilidade de uma testemunha, de alguém que estava presente no momento do assassinato e cujo depoimento é imprescindível para que os crimes fossem como tal revelados.

Verificamos um forte vínculo entre *Os sertões* e a literatura de testemunho que se estabeleceu como gênero na América latina. No contexto das ditaduras que emergiram nos anos 1960 no continente americano, o testemunho revelou-se importante instrumento de

denúncias dos crimes cometidos durante o regime (SARLO, 2007). Junto às transições democráticas no continente, tomaram forma discursos testemunhais que exibiram os crimes das ditaduras. Os relatos testemunhais foram movidos pela necessidade de julgar tais crimes. Nesse contexto, o testemunho ganhou centralidade de tal forma que as narrativas cujo foco era falar sobre a violência das ditaduras constituíram um novo gênero literário.

Seligmann-Silva ressalta o peso de uma política partidária nesse gênero, em que “ocorre uma convergência entre política e literatura” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 87), na medida em que se inscreve a voz do oprimido e seus esforços revolucionários na luta de classes. Essa literatura apresenta um ponto de vista divergente daquele que constitui a história oficial e, portanto, como afirma o autor, ela “existe apenas no contexto da contra-história, da denúncia e da busca pela justiça” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 88). Focaliza-se o caráter coletivo da testemunha e seu papel importante em denunciar a opressão e a violência de Estado. Nesse sentido, a necessidade que move o *testimonio* é, quase que de forma exclusiva, motivada pela vontade de fazer justiça. Também movido por um senso de justiça, Euclides traz n’*Os sertões* a denúncia de um crime de guerra cometido pelo Estado.

Esse caráter de denúncia é apresentado logo na nota preliminar, na sua declaração emblemática sobre a campanha de Canudos: “aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (CUNHA, 1952, p. XII).

Do imperativo que move o testemunho para fazer justiça através da denúncia da violência de Estado, deriva a necessidade de enfatizar o realismo da obra, como forma de pagar uma promessa de fidelidade do testemunho. Conforme Seligmann-Silva (2005), a testemunha tenta assegurar o realismo ou o valor histórico do seu relato através, por exemplo, de estratégias de apresentação de documento histórico. Euclides se empenha em apresentar documentos oficiais ao longo da sua narrativa. A já citada mensagem oficial do Governador da Bahia ao presidente da república serve como exemplo dessa estratégia de garantir o caráter real dos fatos narrados.

## Últimas considerações

Ainda antes de se falar em literatura de testemunho, é possível perceber em narrativas anteriores, como na obra mestra de Euclides da Cunha, a presença de um teor testemunhal. Observamos um paralelo entre a literatura de testemunho que surge na América-latina e a narrativa sobre o genocídio no sertão baiano. O teor testemunhal na obra de Euclides é reforçado no seu caráter de denúncia de uma violência de Estado, do massacre do povoado de Canudos, e, desse modo, no seu aspecto de contra-senso à versão oficial dos acontecimentos na medida em que se testemunha o ponto de vista do oprimido.

A guerra narrada por Euclides configura um dos exemplos dos massacres que habitam a “era das Catástrofes”, a modernidade, numa concepção benjaminiana, repleta de choques. É nesse contexto que florescem os discursos testemunhais. Podemos afirmar, então, que a narrativa de Euclides é um exemplo desses discursos apoiados na memória do trauma e da violência que surgem em massa nos anos 1980. Sobre esse traço da modernidade ligada à violência e ao choque presente n’*Os sertões*, Valentim Facioli (1998), tece algumas considerações:

mas também há no livro um efeito estranhamente moderno, pois não espera passividade do leitor, senão seu compromisso de combate e choque com a obra e suas ideias, tantos quantos são os choques e os combates ali narrados e interpretados. Noutras palavras, pode se dizer que se trata, sob esse ângulo, de uma *poética de guerra*, com a violência decorrente, da qual os combatentes – autor e leitor – não poderão sair ilesos ou sem feridas, talvez nas mesmas proporções das mortes, dos ferimentos e do sangue, recriados na linguagem, resultantes da guerra entre soldados e sertanejos. É um estranho pacto de leitura em que a morte e a ruína ameaçam, paradoxalmente, a relação do leitor com o texto, pondo em xeque a continuidade da leitura e a própria sobrevivência do livro e do autor. Há uma espécie de sombra de fracasso a perpassar todo o pacto, caso, inclusive, o resultado do livro não alcance, com sua denúncia candente, a transformação e a ação do leitor, que é, conforme espera, um homem de elite. E se a modernidade, como assinalou Walter Benjamin a respeito de Baudelaire, é feita de choques, o livro de Euclides certamente contribui em grande estilo para a percepção dessa terrível verdade na sociedade brasileira. (FACIOLI, 1998, p. 39, 40)

A obra de Euclides da Cunha já permitia uma conclusão análoga à tese benjaminiana sobre o fim da narração em seu modelo tradicional diante da modernidade de choques. Com a Primeira Guerra Mundial, o argumento de Walter Benjamin (1987) sobre o fim da narração tradicional toma uma dimensão mais urgente. Antes mesmo de o pensador alemão elaborar seus ensaios, *O narrador* de 1936 e *Sobre o conceito de história*, 1940, que convergem na ruptura com o modelo representacional até então em vigor, *Os sertões* desnudavam essa ruptura. Em Walter Benjamin, não só a arte de narrar, mas, imprescindivelmente, a história devem se abrir aos discursos apoiados na memória para a transmissão de uma cultura marcada pela barbárie. Essa centralidade da memória e, por conseguinte, do sujeito, demandada na reflexão benjaminiana, toma forma por volta dos anos 1980 com o surgimento dos relatos testemunhais pelos sobreviventes do Holocausto e da violência de Estado durante as ditaduras na América do Sul (SARLO, 2007). O papel central da memória na reconstituição do passado marca, todavia, o relato testemunhal de Euclides, concebido no início do século XX, antes do advento das guerras mundiais, antes de se começar a falar do testemunho como vertente literária ou de um teor testemunhal da literatura.

### CANUDOS GENOCIDE AS TRAUMA AND *OS SERTÕES* AS TESTEMONIAL NARRATIVE

**ABSTRACT:** Through this text we present an examination of Euclides da Cunha's masterpiece as testimonial gesture in which we perceive a traumatic relationship between writer/witness and language to translate Canudos genocide. Euclides testifies the "fragility of words" to translate the barbarities the newborn Brazilian Republic committed in order to protect a conceived national unity. By setting in play the "fragility of words" to cope with the State violence he witnessed, Euclides converts an expected journalistic report to an epic narrative of a genocide engineered by "civilization". By doing so, he creates a monument of that trauma, inscribing that event in our historical memory. The narrative's testimonial aspect is attributed by the trauma inscribed in *Os sertões*, which affects writing in such a way that translating the barbarity into words could not happen calmly. Testimonial writing, according to Seligmann-Silva (2005, 2008), undermines limits between history and literature, memory and fiction. The narrative in *Os sertões* undermines those limits, but it is troubled by them as well, especially regarding its dilemma between historical archive ambition and the disquieting spectrum of fiction and literature. *Os sertões*, as we argue, inhabit the undecidable place of testimonies, in which, according to Derrida (2000), it is impossible to choose a side between the possibility of literature and a factual truth the witness is compelled to testify.

**KEYWORDS:** Euclides; *Os sertões*; Testimony; Trauma.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197 – 221.
- \_\_\_\_\_. Sobre o conceito de história. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: Campanha de Canudos. 22ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.
- DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e *Os sertões*: entre a literatura e história. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 157 – 188.
- DERRIDA, Jacques. *Demeure: fiction and testimony*. Tradução Elizabeth Rottenberg. California: Stanford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- \_\_\_\_\_. Poetics and politics of witnessing. In: \_\_\_\_\_. *Sovereignities in question: the poetics of Paul Celan*. Editado por Thomas Dutoit e Outi Pasanen. Nova York: Fordham University Press, 2005b. p. 65-96.
- FACIOLI, Valentim. Euclides da Cunha: consórcio de ciência e arte (Canudos: o sertão em delírio). In: BRAIT, Beth (Org.): *O Sertão e Os Sertões*. São Paulo: Arte e Ciência, 1998. p. 35 – 62.
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*, Psicologia de grupo e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1920 – 1922. Vol. XVIII. 117 p. Disponível em <[www.cefe-tsp.br/edu/eso/filosofia/alem\\_principio\\_prazer.doc](http://www.cefe-tsp.br/edu/eso/filosofia/alem_principio_prazer.doc)> Acesso em 15 jul. 2015.
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidianas: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GARAY, Benjamín de. Dos palabras del traductor. In: CUNHA, Euclides da. *Los sertones: campaña de Canudos*. Tradução Benjamín de Garay. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012. p. 23 – 24.
- ROCHA, João César de Castro. Roger Chartier e os estudos literários. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Roger Chartier – A força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*, São Paulo: 34, 2005.

\_\_\_\_\_. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicol. Clin.*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65 – 82, 2008a.

\_\_\_\_\_. Testemunho da Shoah e literatura. In: JORNADA INTERDISCIPLINAR SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DO HOLOCAUSTO, 10., São Paulo, 2008b. Disponível em <[http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula\\_8.pdf](http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf)> Acesso em 11 mar, 2015.

ZILLY, Berthold. Um depoimento brasileiro para a História Universal– Traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 5-15, out. 1997.

ZILLY, Berthold. Euclides da Cunha na Alemanha. Tradução Marco V. Mazzari. In: *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA/USP, v. 10, n.26, 1996.

*Recebido em: 31/05/2019.*

*Aprovado em: 30/07/2019.*